



ENTREVISTA

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

N

esta entrevista, o presidente Fernando Henrique Cardoso apresenta um balanço de seus dois mandatos, apontando as conquistas obtidas pelo país e os desafios que ainda se colocam ao governo e à sociedade. Entre outros pontos, FHC discute a credibilidade do país diante dos investidores internacionais, discorre sobre a reforma tributária e defende vigorosamente o Mercosul – “um interlocutor respeitado” no contexto internacional.

por Miguel P. Caldas FGV-EAESP

O senhor poderia fazer um rápido balanço de seus dois períodos à frente do governo brasileiro? Quais as principais reformas e resultados obtidos no campo econômico e social?

F: Transformações profundas como as que estão em curso

na sociedade brasileira requerem tempo até que sejam percebidas em todo seu alcance. Vejo pelo menos três áreas em que as mudanças foram dramáticas. A primeira é a esfera política. A democracia brasileira não apenas se consolidou, mas sobretudo se radicalizou. Hoje somos uma sociedade plural, em que to-

dos os setores de opinião têm assegurado seu direito ao debate público amplo. Na área econômica, os resultados são palpáveis. Em maio de 1993, quando assumi o Ministério da Fazenda, a inflação mensal beirava os 30%. O descrédito da sociedade era crescente; era comum o diagnóstico de que estávamos fa-

dados ao fracasso. Em poucos meses tínhamos o Plano Real nas ruas e a inflação eliminada. Hoje, temos uma economia com fundamentos sólidos, ancorados em um compromisso firme com a responsabilidade fiscal. Estou seguro de que, no momento em que se anuncia a retomada do crescimento das economias mais industrializadas, estamos prontos a avançar a passo ainda mais rápido em nosso crescimento. O Brasil de hoje sabe que precisa estar integrado de forma competitiva à economia internacional. Sabe também que está pronto a ampliar sua participação nos fluxos de comércio e investimento. Tudo isso se traduz, dia-a-dia, em uma economia dinâmica, com amplas oportunidades de investimento e capaz de transformar crescimento em prosperidade. O terceiro ponto são as mudanças na área social. Somos um dos países que mais investem nesse setor. Fazemos isso movidos por um compromisso ético de igualdade, e também por reconhecer algo que já disse em outra ocasião: o problema brasileiro não é tanto a pobreza, mas sobretudo a má distribuição da riqueza. Existe um consenso em torno de vencer a batalha contra a desigualdade social. Os passos estão sendo dados. Temos mais de 97% das crianças brasileiras na escola; a mortalidade infantil foi reduzida de forma significativa; o sistema de saúde tem cobertura universal. Um exemplo é nosso programa de apoio aos portadores do vírus HIV, que se tornou referência mundial. Estou convencido, em suma, de que ao

longo dos últimos anos avançamos, conciliando reformas econômicas e iniciativas sociais.

Até a década de 1980, o Brasil seguia um modelo de desenvolvimento fundamentado na presença do Estado, com a cena econômica dividida entre empresas estatais, empresas multinacionais e empresas nacionais. Como se deu o esgotamento desse modelo? Que modelo o substituiu?

F: Esta é uma pergunta de grande complexidade. É importante ressaltar que o processo de substituição de importações esgotou-se não apenas por seus fracassos, mas também por suas conquistas. A substituição de importações nunca foi concebida como uma receita estática a ser adotada permanentemente. O que se buscava era construir um caminho que permitisse a países de industrialização tardia alcançar os mesmos níveis de complexidade econômica que as economias mais avançadas. Dessa perspectiva, estava implícito no debate que o aprofundamento da industrialização seria acompanhado

de maior exposição à competição internacional e de uma integração econômica densa. Foi isso o que aconteceu no Brasil. No início dos anos 1980, havíamos implantado uma economia extremamente diversificada e complexa, que reunia condições para dar o salto para um modelo mais aberto. Esse salto foi interrompido por uma conjuntura internacional adversa que se traduziu em crise da dívida e em redução dos investimentos externos diretos. Os anos 1990 marcam a superação desse processo e a retomada de uma longa trajetória de desenvolvimento. Os pilares agora são: responsabilidade fiscal, ênfase na competitividade e, sobretudo, transparência absoluta das regras do jogo.

O sistema econômico internacional está atento às transformações do país em seu governo, mas é muito sensível a instabilidades na esfera governamental. As mudanças que o senhor promoveu são sustentáveis? O que o país deve fazer para aumentar a confiança?

“O Mercosul é hoje uma agenda da cidadania e engloba temas de interesse imediato da população, como justiça, educação, cultura, saúde, trabalho, previdência social, agricultura e outros setores.”



F: O Brasil é hoje um país amadurecido política, social e economicamente. Nossa democracia confere legitimidade estável e duradoura às soluções obtidas. Não hesito em dizer que as mudanças construídas ao longo dos últimos oito anos vieram para ficar, pois espelham a vontade da maioria dos brasileiros. Questões como o compromisso com a responsabilidade fiscal têm hoje um apoio tão unânime da opinião pública que hipotéticas propostas contrárias simplesmente não obteriam os votos para chegar ao poder. Minha convicção é de que alcançamos um patamar de estabilidade institucional e de regras a partir do qual podemos avançar ainda mais, nunca retroceder.

No plano do comércio internacional, o Brasil ainda parece tímido. À exceção de empresas como a Gerdau, a Embraer e poucas outras, temos pouca presença internacional. É uma questão de cultura empresarial?

F: Concordo apenas em parte com sua afirmação. O fato é que o Brasil é um país competitivo. No ano passado, em plena recessão norte-americana, aumentamos nossas exportações em 8% para os Estados Unidos. Para o Oriente Médio, esse aumento foi de 50%; para a Rússia, de nada menos do que 160%. Isso mostra que somos competitivos. Agora, há dois grandes obstáculos ao aumento das exportações: o primeiro é o protecio-

nismo nos mercados mais desenvolvidos, em que você encontra, por exemplo, picos tarifários de até 100%. O Brasil tem lutado para abrir mercados e remover as barreiras comerciais. Do ponto de vista interno, é claro que há espaço para melhoras. Uma delas é o aprimoramento de nosso sistema tributário – daí a importância que atribuo à reforma tributária. Estou certo de que neste ano alcançaremos um importante superávit comercial, amparado por uma participação crescente de empresas brasileiras no mercado externo.

Nas capitais brasileiras, é visível o aumento do número de executivos e empresários internacionais, novas empresas transnacionais etc. Porém, o movimento de investimentos ainda parece instável, com altos e baixos, talvez refletindo baixa confiança no país. O que precisa ainda ser feito?

F: A excessiva volatilidade de capitais é um tema que deve preocupar toda a economia internacional. O aprofundamento da interligação dos mercados financeiros criou uma situação que coloca sob risco potencial quase qualquer economia do globo. Aos que achem que essa vulnerabilidade é específica dos países em desenvolvimento, basta que se lembrem do ataque especulativo sofrido pela libra esterlina há poucos anos. Precisamos aprimorar a arquitetura do sistema financeiro

internacional para que ele possa contemplar formas de apoio mais efetivas a países nessas circunstâncias. No caso do Brasil, os investimentos de curto prazo são hoje claramente minoritários. Os investidores que trazem seus recursos para cá entendem que somos um mercado amplo, uma economia industrial complexa e dinâmica. Sua perspectiva, portanto, é de mais longo prazo. A rigor, já são claros os sinais de uma percepção mais amadurecida sobre o Brasil, percepção esta que se manifesta, por exemplo, na queda do prêmio de risco pago aos títulos brasileiros no mercado internacional.

Durante seu governo, houve algumas tentativas de reforma da burocracia estatal, visando torná-la mais eficiente e com foco no cidadão. Qual é seu balanço sobre esse trabalho?

F: O Brasil possui uma longa tradição de excelência no setor público. Entre meus ministros de Estado, por exemplo, tenho vários quadros oriundos da burocracia estatal, cuja dedicação e lealdade ao serviço público em seu sentido mais nobre são motivo de orgulho. É claro que, como em toda grande máquina administrativa, havia espaço para melhora. E essas melhoras foram introduzidas por meio de um conjunto amplo de reformas cujo objetivo sempre foi o de assegurar o maior retorno possível ao imposto pago pelo cidadão.

Essa é a dimensão essencial a não perder de vista: o funcionário público serve ao conjunto da sociedade e seu dever é fazê-lo de maneira sempre mais competente. Temos avançado muito nessa área.

Enquanto outros blocos regionais se desenvolvem, o Mercosul parece não ter encontrado um caminho para consolidação. Quais as principais dificuldades a serem enfrentadas?

F: Ao pensar sobre o Mercosul é preciso entender que estamos falando de um projeto estratégico, de longo prazo – o projeto de construção de um mercado comum. Hoje o Mercosul vai muito além da agenda política e econômica, incorporando-se ao cotidiano dos cidadãos de nossos países. A construção desse mercado comum é um esforço que demanda a colaboração de todos. Alcançado esse objetivo, teremos um espaço econômico e comercial integrado, em que circularão livremente mercadorias, serviços, capitais e, o mais importante, pessoas. No momento, o Mercosul é o que os economistas chamam de união aduaneira. Isso significa sobretudo que os países do bloco têm um imposto de importação comum, a Tarifa Externa Comum. Os benefícios dessa iniciativa são visíveis em qualquer supermercado. Quase a totalidade do que se comercializa entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai não paga imposto de importação algum. Outro benefício da união aduaneira é

“O processo de substituição de importações esgotou-se não apenas por seus fracassos, mas também por suas conquistas.”

habilitar-nos a uma atuação em conjunto nas negociações comerciais externas, como tem sido feito na Alca, com os países da Comunidade Andina, com a União Européia. Estamos avançando, também, na convergência das políticas macroeconômicas dos quatro sócios. Mas deixe-me voltar a algo que mencionei antes: o Mercosul é muito mais que um tema econômico. Sua agenda hoje engloba temas de interesse imediato da população, como justiça, educação, cultura, saúde, trabalho, previdência social, agricultura e outros setores. Dois exemplos: o primeiro é o que se conhece como *Cláusula Democrática*, que exige que os países sejam democracias para continuar fazendo parte do Mercosul. O segundo é a *Carta de Direitos Laborais e Sociais*, que prescreve um conjunto de princípios e medidas comuns em benefício e proteção dos trabalhadores. A avaliação que faço, portanto, é muito positiva. O Mercosul é um interlocutor importante e respeitado; somos o terceiro maior bloco de integração, depois do Nafta e da União Européia. Temos dificuldades típicas, mas nosso projeto está acima delas, e avançando.

Pensando no Brasil daqui a dez ou 15 anos,

qual seria em sua visão o melhor cenário?

F: Antevejo uma sociedade que terá vencido seu maior desafio: a desigualdade social. Sempre fomos capazes de gerar riqueza. Agora estamos empenhados em assegurar que essa riqueza se traduza em prosperidade para todos. Os investimentos sociais de hoje – e investimentos sociais são sempre de maturação lenta – estão assentando as bases de um Brasil substancialmente distinto. Um país em que todos os cidadãos terão ido à escola, em que todos terão acesso a um sistema de saúde pública de qualidade, em que as oportunidades de uma economia estável e em crescimento abram espaço para uma ainda mais importante mobilidade social. Este é o Brasil que estamos construindo.

NOTA

A versão editada, em inglês, desta entrevista foi publicada na edição nº 2, volume 16 (2002) da revista *Academy of Management Executive*, em um fórum especial sobre o Brasil.